

BREVES REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DA GEOGRAFIA

por
JOÃO DE MEDEIROS CONSTÂNCIA

O presente artigo, baseado fundamentalmente na minha experiência de professor de ensino secundário, vários anos a exercer as funções de orientador de estágio, visa pôr à consideração dos leitores uma série de reflexões e de sugestões feitas com os olhos postos numa maior dignificação do ensino da Geografia.

Entre as várias causas influenciadoras do processo ensino-aprendizagem, destacarei pela sua importância a formação de professores e a sua permanente actualização científica e pedagógica. Para além deste aspecto, sem dúvida o mais relevante, outros há a considerar: programas, número de turmas a atribuir a cada professor, horários, existência ou não, nas escolas, de «sala de Geografia», etc.

Relativamente à formação de professores, tema vasto e complexo, gostaria de tecer breves considerações sobre alguns aspectos da etapa muito importante designada por estágio pedagógico. O seu rendimento depende em grande parte, como é por demais evidente, de uma adequada formação e dos perfis psico-sociais, digamos assim, dos orientadores. Estes, em função das tarefas que lhes incumbem, devem possuir, além de outras, qualidades que exigem aturada preparação: competência científica e pedagógica, abertura à inovação e

experimentação, capacidade de diálogo, consciencialização do papel da acção educativa numa sociedade em rápida transformação, entusiasmo, interesse e gosto pela profissão e espírito crítico. De harmonia com o enunciado, o orientador deverá proporcionar, com frequência, situações que levem os estagiários a motivarem-se para o pleno desempenho de todas as tarefas escolares. Este aspecto revela-se importante uma vez que os futuros professores, formados deste modo, actuarão, certamente, como «catalizadores»-«mediadores» do desenvolvimento global dos alunos.

Que se tem feito no nosso país com vista a ministrar uma adequada preparação neste sentido?

No caso da disciplina de Geografia — o que conheço mais de perto — apenas tem havido, por iniciativa da Direcção Geral do Ensino Secundário, pequenos cursos de aperfeiçoamento, sem periodicidade bem definida, circunscritos a determinados temas científicos e pedagógicos. Esses cursilhos estão muito longe de constituir, em meu entender, a solução mais indicada para resolver o problema em termos satisfatórios. Nesta ordem de ideias, julgo ser oportuno repetir aqui a sugestão que, por várias vezes, em tempos idos apresentei ao Ministério da Educação. A preparação dos orientadores de estágio deveria ser objecto de um curso específico organizado pela Direcção Geral do Ensino Secundário, em colaboração com a Universidade, com duração e objectivos bem determinados. Ao referido curso poderiam concorrer os professores do ensino secundário, licenciados, com currículo académico e profissional previamente definido. Claro está que os participantes, para além de prestação de provas, seriam, pensando em termos do perfil exigido para o cargo, observados relativamente a qualidades humanas.

Findas as actividades do curso em questão, os futuros orientadores de estágio seriam recrutados, consoante as necessidades, por ordem de classificação e passariam de imediato a ter direito a uma substancial redução de tempo de serviço lectivo e a uma gratificação ou subida de letra no correspondente vencimento.

As ideias acabadas de expor, embora resumidamente, constituem uma sugestão que, uma vez posta em prática, além de outras vantagens, acabaria talvez com a improvisação e com as disparidades, quanto a princípios metodológicos fundamentais, que se têm verificado, por vezes, entre vários núcleos de estágio da mesma disciplina — no caso presente a Geografia. Se tivesse dúvidas, por exemplo, quanto às disparidades acima referidas, elas teriam desaparecido já no ano lectivo de 1972-73, aquando das minhas funções de metodólogo itinerante. Nessa altura visitei diferentes núcleos de estágio de Lisboa, Coimbra, Porto e Braga. Tive, então, oportunidade de assistir a uma multiplicidade de lições dadas por professores estagiários, seguidas de crítica («feed-back»). Pois bem! No decorrer das críticas apercebi-me que, entre alguns orientadores, a concepção de bom professor, por exemplo, dentro do âmbito da Escola Activa, variava muito. Para uns, o verdadeiro professor de Geografia era aquele que sabia expor a matéria do programa e formular, quando necessário, perguntas pedagogicamente correctas. Para outros, o papel do autêntico Mestre consistia fundamentalmente em saber conduzir os alunos à observação dos factos, em guiá-los na pesquisa das causas, em incitá-los à reflexão e análise de modo que, por si próprios, chegassem a conclusões e atingissem explicações compatíveis com os seus níveis etários e com as experiências anteriormente vividas.

Outras sugestões, para além do preconizado curso específico para orientadores, poderão ser apresentadas com vista a uma maior eficiência do estágio pedagógico. Devo referir que, embora as considerações seguintes possam ser extensivas a outras disciplinas, elas são feitas tendo em conta, sobretudo, o caso da Geografia.

Cada núcleo de estágio não deveria ser constituído, como se tem verificado, por vezes, nos estágios tradicionais e nos estágios relativos aos bacharelatos em ensino das Universidades Novas, por mais de cinco elementos; o orientador e quatro estagiários. Justifico este número pensando em deter-

minadas tarefas como: assistência do grupo a aulas, discussão de trabalhos, sessões de Didáctica Especial — tarefas estas que, exigindo a participação activa de todos os elementos, traduzir-se-ão num grande dispêndio de tempo em detrimento da preparação de lições.

O estágio só deveria funcionar, como facilmente se compreende, em escolas que se apresentassem bem apetrechadas em material didáctico e revelassem possuir todo um «clima institucional» capaz de facultar ao estagiário uma boa integração. Claro está que na designação «clima institucional» incluo, além do mais, toda a série de actividades pedagógicas, culturais e administrativas, bem organizadas, que fazem da escola um todo equilibrado e funcional sob o ponto de vista educativo.

As actividades dos estagiários, pensando em termos de funções a desempenhar futuramente e na duração do estágio (1 ano), em vez de serem em elevado número como tem acontecido, deveriam, na minha opinião, constar do seguinte:

- Assistência a aulas regidas pelo orientador a fim dos estagiários terem oportunidade de ver pôr em prática experiências de ensino por eles não vividas e de as analisar criticamente.
- Regência de aulas por parte dos estagiários, nas turmas que lhes forem distribuídas e numa das turmas do orientador, a fim de poderem experimentar diferentes conteúdos programáticos e diferentes técnicas de ensino a vários níveis etários. As aulas deveriam ser seguidas de «feed-back», tendo por objectivos desenvolver a capacidade de auto-crítica e hetero-crítica, as quais seriam um meio de consciencializar os estagiários dos seus progressos.
- Sessões de Didáctica Especial com carácter teórico e prático, isto é, umas dedicadas à análise de métodos e técnicas de ensino da Geografia e outras em que se

aplicariam, de acordo com os objectivos específicos previamente definidos, as estratégias mais adequadas a determinados conteúdos.

- Planeamento e execução de viagens de estudo. Atendendo ao elevado valor formativo de que se revestem, conviria, ao longo do ano, levar a efeito um estudo pormenorizado e cuidadoso das diferentes acções que for possível realizar.

Para além destas tarefas em número a definir no início do ano lectivo, a nível de todos os núcleos, atribuo particular importância à integração do estagiário na vida da escola, com todas as acções que essa integração comporta, como por exemplo: participação em reuniões dos Conselhos de Turma e do Conselho Pedagógico, participação em reuniões do grupo dos docentes de Geografia para efeitos de coordenação de ensino e de análise de problemas de natureza pedagógica e didáctica, prestação de serviços à «Sala de Geografia», contacto assíduo com a Biblioteca e com os laboratórios ou «Salas» das ciências afins, com o objectivo de saber tirar partido delas nas alturas próprias. A juntar a tudo isto, é indispensável que o estagiário se vá consciencializando de que deve ser um elemento dinamizador da inter-acção na comunidade escolar de forma a criar, entre todos os membros, um trabalho de equipa, de colaboração e de participação.

Por melhor que tenha sido a formação inicial e o estágio pedagógico, um outro aspecto se reveste de muito interesse — é o que diz respeito à permanente actualização científica e pedagógica dos professores. Em relação ao nosso arquipélago, dadas as suas características geográficas, este assunto reveste-se, como é fácil de compreender, da maior acuidade.

É do conhecimento geral que a nossa Universidade levou a efeito, em anos lectivos transactos, alguns cursos de reciclagem, em diversas ilhas, com resultados proveitosos, a avaliar pelo depoimento dos participantes e pelos relatórios dos

professores responsáveis pelos referidos cursos. No entanto, de futuro seria conveniente que a Universidade dos Açores de acordo com os meios humanos disponíveis e com o apoio da Secretaria Regional de Educação e Cultura preparasse e executasse, de forma sistemática em cada ano lectivo, através do Centro Integrado de Formação de Professores, acções científico-pedagógicas, bem coordenadas, visando, na medida do possível, manter permanentemente actualizados os seus diplomados e todos os outros professores. Será esta uma maneira da nossa instituição de ensino superior contribuir, decisivamente, como aliás lhe compete, para a melhoria do sistema educativo da Região.

Melhorar o nível de preparação dos professores e cuidar da sua permanente actualização corresponde a dar os mais importantes passos com vista a ministrar um ensino de qualidade, capaz de contribuir para o desenvolvimento harmónico da personalidade do aluno e capaz ainda de estimular a sua adequada realização pessoal e a sua participação activa na vida social.

Se a fraca preparação e a falta de empenhamento profissional, por parte de muitos docentes, pode anular ou restringir o elevado valor formativo do ensino da Geografia, outras causas há que podem produzir efeitos algo semelhantes. Estão neste caso os programas que, ao longo das últimas décadas, têm pecado, entre outros defeitos, por serem muito extensos atendendo ao número de horas semanais atribuídas à disciplina, por não possuírem, por vezes, espírito geográfico, por serem desconexos, desarticulados uns em relação aos outros e desarticulados em relação às disciplinas afins. Nota-se ainda que os programas revelam, em muitas rubricas, uma desadaptação quanto ao desenvolvimento intelectual dos grupos etários a que se destinam.

Interessa finalmente referir o salto brusco que se verificou relativamente à nomenclatura de acidentes geográficos e sua localização. Durante muitos anos os programas incluíram enormes listas de rios, serras, penínsulas, cabos, ilhas, cida-

des, etc., contribuindo para que o ensino tivesse um carácter eminentemente descritivo e enfadonho. Presentemente caiu-se noutro extremo: o estudo da localização e descrição de importantes acidentes geográficos físicos e humanos não é, na minha opinião, minimamente contemplado nos actuais programas. Este facto traduz-se numa ignorância diariamente verificada quando os alunos, na escola ou fora dela, sentem a necessidade de localizar no espaço informações de carácter geográfico. Esta lacuna acaba por ter reflexos negativos na compreensão de factos ocorridos em determinados ambientes geo-humanos, cujas características são em parte explicadas por se integrarem num determinado contexto que carece de uma correcta delimitação no espaço. Para ilustrar o que acima foi exposto, e entre muitos exemplos nossos conhecidos, poderei citar os seguintes: é frequente os nossos alunos do 10.º ano do Curso Unificado, com idades compreendidas entre 15 e 18 anos, ao iniciarem o estudo do chamado Terceiro Mundo, ignorarem a sua localização e os aspectos fundamentais do quadro físico. Não obstante o que se afirma, o programa aponta para a compreensão de problemas económicos e sociais e para sugestões visando superá-los.

É também muito vulgar encontrar numerosos alunos do 7.º, 8.º e 10.º anos do referido Curso Unificado que têm dificuldade em compreender, de maneira completa, a conquista de terras ao mar levada a efeito pelos holandeses pelo facto de desconhecerem a localização dos Países Baixos e as características geográficas do seu território e do Mar do Norte.

Muitas das deficiências atrás apontadas resultam da falta de clareza e de equilíbrio na definição dos objectivos a atingir pelos programas. Haveria que atender, para além de outros aspectos, aos seguintes:

- adaptação das metas de ensino às características psico-somáticas comuns à maioria dos alunos;
- os objectivos não deveriam cobrir apenas os conteúdos, mas utilizá-los como meio de proporcionar ao aluno

toda uma série de experiências que desencadeasse comportamentos, visando um aperfeiçoamento integral da personalidade.

Interessaria também proporcionar aos professores a oportunidade de eles próprios atribuírem maior amplitude às rubricas do programa que melhor se adaptassem à realidade circundante. Estas considerações são válidas na medida em que os conteúdos programáticos não são flexíveis e não contemplam, como deviam, as particularidades locais e regionais.

Estou certo de que melhorar-se-ia, relativamente à elaboração de conteúdos programáticos, se fossem atendidas, entre outras, as seguintes condições:

- 1.^a O grupo de trabalho encarregado de elaborar os programas deveria ser integrado por professores do ensino secundário, do ensino superior e por especialistas em Ciências de Educação em número a definir.
- 2.^a O referido grupo de trabalho, depois de se munir de todos os elementos julgados necessários, como por exemplo auscultação dos interesses dos alunos, conhecimentos adquiridos por estes no Ensino Básico, elaboraria, de acordo com os objectivos clara e previamente definidos, um projecto de programa, o qual deveria ser coordenado, em reuniões para o efeito, com os das ciências afins.
- 3.^a O projecto deveria ser posto à experiência, durante um ano lectivo, num certo número de escolas espalhadas pelo país.
- 4.^a Os professores encarregados de experimentar o referido projecto seriam obrigados a elaborar, no fim do ano, um relatório de natureza crítica e sugestões.
- 5.^a Finalmente o grupo de trabalho em face das críticas e sugestões apresentadas elaboraria então o programa

que seria depois publicado oficialmente, entrando em vigor por um período de 3 anos.

Admitamos por hipótese que, mercê de uma política de ensino acertada, se conseguia, em futuro relativamente próximo, melhorar a qualidade dos agentes de ensino e o nível dos programas. Outros aspectos careciam, porém, de ser revistos para que a acção dos professores resultasse eficiente em prol de um ensino eminentemente formativo: diminuir o número de turmas a cada professor (professores há que têm 9, 10 e 11 turmas), diminuir o número de alunos em cada turma (25 o máximo), elaborar os horários com maior flexibilidade, de modo a contemplar as viagens de estudo uma vez que a observação directa dos factos geográficos se reveste de numerosas vantagens, entre as quais se deve salientar: contacto directo do aluno com a realidade a estudar, desenvolvendo simultaneamente actividades psicomotoras e intelectuais, aperfeiçoamento da capacidade de diálogo e compreensão através das entrevistas e inquéritos a realizar, descoberta do dinamismo próprio dos fenómenos físicos e humanos, consciencialização do valor da acção humana na transformação das paisagens, reconhecimento do valor dos conhecimentos teóricos quando intimamente ligados às realidades concretas, desenvolvimento do espírito de análise e síntese, contribuindo assim para a aquisição do espírito geográfico que se caracteriza por uma função eminentemente integradora do saber.

Dado a impossibilidade de praticar a observação directa com frequência, a existência de pelo menos uma «Sala de Geografia», por escola, devidamente apetrechada em mobiliário e material didáctico, constitui um meio imprescindível para que o professor possa tornar as suas aulas atraentes e proveitosas. Para além de colecções de mapas, em diversas escolas, de material audiovisual (diapositivos e filmes) o professor e alunos deveriam contribuir para o seu enriquecimento, aproveitando ocasiões como por exemplo as visitas de estudo ou os próprios passeios dos alunos com seus familiares.

Claro está que é através de uma adequada utilização do material que o professor poderá pôr em prática o método indutivo, utilizando diferentes técnicas de ensino, em que o trabalho de grupo, iniciando os alunos num ensino do tipo investigativo, deveria desempenhar um papel importante.